

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AA) ALEX SANDRO CRISTIANO CARVALHO SILVA

**A RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA NO ATLÂNTICO SUL:  
A Importância do Fortalecimento do Poder Naval Brasileiro na  
Proteção dos Interesses Nacionais**

Rio de Janeiro

2024

CC (AA) ALEX SANDRO CRISTIANO CAVALHO SILVA

**A RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA NO ATLÂNTICO SUL:  
A Importância do Fortalecimento do Poder Naval Brasileiro na  
Proteção dos Interesses Nacionais**

Monografia apresentada à Escola de  
Guerra Naval, como requisito parcial para  
a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG(RM1) RICARDO LUIZ  
DE NOVAES MONIZ DE ARAGÃO

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidades do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## RESUMO

Para o Brasil, o Atlântico Sul possui uma importância estratégica crucial para o futuro da Nação. Economicamente, ele é uma fonte primária de recursos energéticos, como petróleo e gás natural, além de ser um celeiro de recursos alimentícios oriundos da pesca. Do ponto de vista político e estratégico, essa parte do Atlântico representa a principal rota de comércio exterior para a maioria dos países costeiros. Esta região demanda uma vigilância e cuidado especial por parte desses Estados, especialmente em relação à manutenção de sua soberania. No âmbito da Estratégia Marítima para o Atlântico Sul, o Brasil vem adotando uma postura assertiva e pragmática em relação ao seu Entorno Estratégico, com ênfase particular no Atlântico Sul e nos países da costa ocidental africana. Essa postura é observada na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa. Dentro desse quadro, a Marinha do Brasil está inserida como elemento principal no cumprimento das diretrizes para os assuntos ligados ao mar. Desta forma, este trabalho tem como propósito, tomando como base um estudo bibliográfico e documental, examinar os elementos que conferem a essa parte do oceano uma importância crítica para o País. Em seguida, o trabalho busca analisar como a relação com os países africanos têm evoluído, utilizando o Poder Naval nacional para reforçar esses laços. Como resultado final, procura-se concluir que o fortalecimento e a atuação integrada do Poder Naval Brasileiro na região são fundamentais para estabelecer a liderança política e militar desejada pelo País na relação Brasil-África no Atlântico Sul, bem como proteger os interesses nacionais e garantir a soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

**Palavras-chave:** Atlântico Sul. Estratégias Marítimas. Entorno Estratégico. Poder Naval. Diplomacia. Relação Brasil-África.

## **ABSTRACT**

### **The Brazil-Africa Relationship in the South Atlantic: The Importance of Strengthening Brazilian Naval Power in Protecting National Interests**

For Brazil, the South Atlantic has crucial strategic importance for the future of the Nation. Economically, it is a primary source of energy resources, such as oil and natural gas, in addition to being a storehouse of food resources from fishing. From a political and strategic point of view, this part of the Atlantic represents the main foreign trade route for most coastal countries. This region demands special vigilance and care on the part of these States, especially in relation to maintaining their sovereignty. Within the scope of the Maritime Strategy for the South Atlantic, Brazil has been adopting an assertive and pragmatic stance in relation to its Strategic Surroundings, with particular emphasis on the South Atlantic and the countries on the West African coast. This stance is observed in the National Defense Policy and the National Defense Strategy. Within this framework, the Brazilian Navy is a key player in complying with the guidelines for matters related to the sea. Thus, this paper aims to examine, based on a bibliographic and documentary study, the elements that give this part of the ocean a critical importance for the country. The paper then seeks to analyze how the relationship with African countries has evolved, using the national Naval Power to strengthen these ties. As a final result, it seeks to conclude that the strengthening and integrated action of the Brazilian Naval Power in the region are fundamental to establishing the political and military leadership desired by the country in the Brazil-Africa relationship in the South Atlantic, as well as protecting national interests and guaranteeing sovereignty in Brazilian Jurisdictional Waters.

**Keywords:** South Atlantic. Maritime Strategies. Strategic Environment. Naval Power. Diplomacy. Brazil-Africa Relationship.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	9
2.1	A IMPORTÂNCIA DO PODER MARÍTIMO.....	9
2.2	ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS E O PODER NAVAL.....	11
2.3	O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO.....	12
2.4	DIREITO DO MAR E A AMAZÔNIA AZUL.....	13
2.5	O SURGIMENTO DA RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA E DA ZOPACAS.....	14
<b>3</b>	<b>IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL PARA O BRASIL</b>	15
3.1	O PAPEL DOS OCEANOS PARA UMA NAÇÃO.....	16
3.2	A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA AZUL.....	17
3.3	O PODER NAVAL E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO NO ATLÂNTICO SUL.....	19
3.4	A MENTALIDADE MARÍTIMA E O FORTALECIMENTO DO PODER NAVAL.....	22
<b>4</b>	<b>A RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA NO ATLÂNTICO SUL</b> .....	24
4.1	INÍCIO E QUEDA DE UMA RELAÇÃO.....	25
4.2	A RETOMADA DA RELAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL.....	27
4.3	A ZOPACAS E A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL.....	28
4.4	A MARINHA DO BRASIL NA UNIÃO DOS DOIS CONTINENTES.....	31
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	33
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos. Por ora a sua proteção nos sorri, antes de se tocar em severidade. As raças nascidas à beira-mar não tem licença de ser míopes; e enxergar, no espaço, corresponde a antever, no tempo. [...] Não se admitem surpresas para o nauta: há de adivinhar a atmosfera como barômetro, e pressentir a tormenta quando ela pinta apenas como uma mosca pequenina e longínqua na transparência da imensidade. O mar é um curso de força e uma escola de previdência. Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolamente. A Lição das Esquadras (Barbosa, 1898, n.p).

As declarações de Barbosa (1898) ressaltam a relevância da capacidade de uma nação em salvaguardar seus domínios marítimos. O texto destaca a importância estratégica dos oceanos ao longo do tempo, em que o domínio marítimo, no curso da história, foi crucial para o destino de impérios proeminentes. As superpotências reconheceram e atuaram na proteção e aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos mares. De maneira similar, é imperativo que o Brasil priorize a soberania sobre a Amazônia Azul e assegure sua influência preponderante sobre o Atlântico Sul, elementos vitais para reforçar e preservar os interesses e a sobrevivência do País, como Nação independente e soberana.

O Sistema Internacional<sup>1</sup> contemporâneo, marcado pelo término da dinâmica pós-Guerra Fria, é caracterizado pela veloz reconfiguração do equilíbrio de poder entre nações. A coexistência de potências tradicionais e emergentes abre novas possibilidades para o Brasil assumir uma posição de liderança no palco global, passando de um papel secundário para um papel principal em seu Entorno Estratégico, conforme estabelecido na Política Nacional de Defesa (PND) (Brasil, 2005), particularmente com relação ao Atlântico Sul e aos países africanos.

Nesse cenário, com o acirramento da disputa internacional pelo domínio do poder, a exploração dos oceanos e mares ganha uma importância crítica. Penha (2011) ressalta que o Atlântico Sul constitui um espaço de poder político e econômico no qual o Brasil tem interesses vitais a defender. Esses interesses incluem controlar e manter a capacidade de proteção das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), assegurar a exploração dos recursos minerais subaquáticos, sobressaindo-se o petróleo e o gás natural, preservar o acesso às ricas áreas de

---

<sup>1</sup> Segundo Mingst (2014), é o estudo das interações entre os vários atores que participam da política internacional, incluindo Estados, organizações internacionais, organizações não governamentais, entidades subnacionais como burocracias e governos locais e indivíduos.

pesca e, como destaque deste estudo, assumir a liderança regional na relação Brasil-África. Assegurar a soberania e os interesses sobre essa zona estratégica se torna fundamental para a sobrevivência do Brasil como Nação e Estado.

Considerando os interesses nacionais no Atlântico Sul, onde encontra-se inserida a Amazônia Azul, o presente estudo tem como objetivo geral demonstrar como o fortalecimento do Poder Naval Brasileiro pode revelar-se como estratégia essencial para consolidar o País na liderança nessa região do Mundo, intensificando assim os laços de amizade no âmbito das relações Brasil-África. Posteriormente, como objetivo específico, busca-se examinar os elementos que conferem a essa parte do oceano uma importância crítica para o País.

Dessa forma, pretende-se evidenciar que utilizando essa estratégia, os interesses nacionais na região podem ser consolidados e a soberania sobre as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)<sup>2</sup> fortalecida. Outrossim, a pesquisa destaca que uma Marinha robusta, por meio do seu Poder Naval, pode posicionar o Brasil em um lugar de proeminência no Sistema Internacional, com foco especial no Atlântico Sul, na costa sul americana e na costa oeste africana. Por esse viés, Caminha (1983) reforça que o mar continua sendo o palco principal onde se encontram as aspirações, interesses e manifestações de poder de muitas nações, destacando a relevância de se manter uma Marinha forte para alcançar tais objetivos.

Para alcançar o propósito apresentado no presente trabalho, serão realizadas pesquisas e referências bibliográficas pertinentes. Utilizando conceitos e análises fundamentais, este trabalho visa responder às seguintes questões: Como o fortalecimento do Poder Naval Brasileiro pode servir como uma estratégia eficaz para posicionar o Brasil como líder no Atlântico Sul, especialmente na relação Brasil-África? Qual a importância da Amazônia Azul para a sobrevivência do Brasil como Estado e Nação, no contexto geopolítico do Atlântico Sul? De que maneira o Brasil poderia se posicionar frente ao Sistema Internacional estabelecido no Atlântico Sul, diante da presença de potências navais extrarregionais no continente africano? A

---

<sup>2</sup> Compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional (Brasil, 2017, p. 1-2).

conclusão do trabalho confirma a importância da Marinha do Brasil no papel da liderança brasileira no Atlântico Sul, por meio do seu Poder Naval?

Para delimitação do assunto que é amplo, o estudo em questão focará em três aspectos principais: Seleção Geográfica, concentrando-se no Atlântico Sul e incluindo o Brasil e os países africanos ribeirinhos; Delimitação Temporal, desde a fundação da ZOPACAS em 1986 até os dias atuais, considerando também o contexto histórico anterior; e Escolha Temática, examinando o fortalecimento do Poder Naval Brasileiro na salvaguarda dos interesses nacionais na área, tanto em termos de persuasão quanto de diplomacia, visando estabelecer o País como líder regional, com ênfase nas relações Brasil-África.

Dessa forma, será adotada como metodologia a abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, visando examinar o fortalecimento do Poder Naval Brasileiro como estratégia para posicionar o Brasil como líder no Atlântico Sul frente aos países africanos. Em relação aos procedimentos técnicos para a obtenção de dados, será empregado um método de coleta e análise de fontes bibliográficas e documentais, pesquisadas em *sites*, livros, artigos e jornais que abordam autores do pensamento estratégico naval e especialistas na relação entre Brasil e África.

O presente estudo é composto por cinco capítulos, iniciando com uma introdução que apresenta, de forma genérica, o trabalho, seguido pelo Referencial Teórico que delinea os conceitos e teorias essenciais para entender a relevância do Atlântico Sul, estabelecendo a base argumentativa da pesquisa. A seção seguinte destaca a Importância Estratégica do Atlântico Sul para o Brasil, explorando conceitos que demonstram que um Poder Naval robusto pode fortalecer a liderança brasileira na região, bem como assegurar a soberania nacional na Amazônia Azul. O Quarto Capítulo aborda a relação Brasil-África no Atlântico Sul, analisando historicamente e na contemporaneidade essa interação e a influência do Poder Naval Brasileiro no fortalecimento desses laços. Por fim, a Conclusão, que resume as contribuições dos capítulos anteriores e reafirma a importância do Poder Naval na região como estratégia para estabelecer a liderança política e militar do Brasil no Atlântico Sul e a defesa e manutenção da soberania nacional nas Águas Jurisdicionais Brasileiras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as ideias e conceitos fundamentais que servirão de base teórica para os capítulos subsequentes. Por meio da ótica de pensadores da estratégia marítima, como Mahan, Holmes, Corbett, Caminha e Vidigal será explorada a importância dos oceanos para as Nações em termos econômicos, de defesa e diplomáticos, com ênfase na importância da Amazônia Azul dentro do Entorno Estratégico Brasileiro. Além desses autores, é referenciado Rui Barbosa, grande entusiasta da Marinha do Brasil (MB). Adicionalmente, serão abordados os conceitos de estratégia marítima, Poder Marítimo e Poder Naval.

Será explorada, também, a ligação histórica e cultural entre o Brasil e a África, a importância estratégica da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e os princípios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Para isso, referenciar os especialistas na relação Brasil-África tais como: Penha, Nasser, Visentini, Martins e Saraiva, mostra-se de grande valia para enriquecer o teor desse estudo.

Esses elementos são fundamentais para entender as estratégias marítimas no Atlântico Sul e a importância crítica do fortalecimento do Poder Naval Brasileiro na proteção dos interesses nacionais e na afirmação da liderança brasileira na região.

### 2.1 A IMPORTÂNCIA DO PODER MARÍTIMO

Ao discutir o Poder Marítimo, é crucial enfatizar a importância dos oceanos na manutenção da sobrevivência de uma nação, conforme já salientado anteriormente. Sob essa perspectiva, o Poder Nacional, por meio da PND (Brasil, 2005), desempenha um papel fundamental, ao conectar o Poder Marítimo com as políticas e estratégias da Nação. Nesse sentido, cabe destacar que Holmes (2017) defende que o Poder Marítimo atua como uma ferramenta eficaz para a realização das metas estratégicas definidas pelos governantes.

Segundo o EMA-305 (Brasil, 2017), o Poder Nacional é a capacidade que a Nação possui para alcançar e manter os Objetivos Nacionais<sup>3</sup>, manifestando-se em cinco expressões: Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científico-tecnológica. Dentre essas expressões, é imprescindível compreender a amplitude e a importância do Poder Marítimo por meio da definição delineada no EMA-305 (Brasil, 2017), destacando a influência significativa dessa parcela do Poder Nacional para o fortalecimento da soberania nacional.

A publicação EMA-305 (Brasil, 2017) estabelece ainda os elementos constitutivos do Poder Marítimo. Esses elementos são cruciais para entender como o País exerce sua soberania e influência nas áreas marítimas e fluviais, impactando tanto a segurança quanto o desenvolvimento econômico na estratégia nacional para essa importante área.

Os seguintes elementos constituem o Poder Marítimo:

- a) o Poder Naval;
- b) a Marinha Mercante, as facilidades, os serviços e as organizações relacionados com os transportes aquaviários (marítimo e fluvial);
- c) a infraestrutura marítima e hidroviária: portos, terminais, eclusas, meios e instalações de apoio e de controle;
- d) a indústria naval: estaleiros de construção e de reparos;
- e) a indústria bélica de interesse do aprestamento naval;
- f) a indústria de pesca: embarcações, terminais e indústrias de processamento de pescado;
- g) as organizações e os meios de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de interesse para o uso do mar, das águas interiores e de seus recursos;
- h) as organizações e os meios de exploração ou de aproveitamento dos recursos do mar, de seu leito e de seu subsolo; e
- i) o pessoal que desempenha atividades relacionadas com o mar ou com as águas interiores e os estabelecimentos destinados a sua capacitação (Brasil, 2017, p. 1-1).

Para Mahan (1918), o Poder Marítimo é a capacidade de uma Nação de exercer influência ou impor controle sobre os mares e as rotas marítimas. Segundo Mahan (1918), o Poder Marítimo é a soma de todos os recursos marítimos de um país, abrangendo aspectos militares e civis, que possibilitam o uso do espaço marítimo para o bem-estar da sociedade e a defesa dos interesses nacionais. Tais interesses, sejam econômico, político ou estratégicos, são moldados pelas atividades desenvolvidas no mar ou através dele.

---

<sup>3</sup> Segundo a PND (Brasil, 2005), são metas estratégicas que visam assegurar a soberania e integridade territorial, fortalecer as capacidades de defesa das Forças Armadas, promover a autonomia tecnológica na área de defesa e preservar a coesão e unidade nacionais.

## 2.2 ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS E O PODER NAVAL

Quando se fala em estratégia marítima, é essencial entender a que se destina essa estratégia e como ela pode ser analisada. Conforme Grey (2012), estratégia serve como a conexão entre o poderio militar e o objetivo político, não sendo exclusivamente o poder militar em si, nem somente o objetivo político. A estratégia, relata Grey (2012), pode ser analisada, com referência aos ambientes geográficos aos quais ela seja especificamente aplicada: terra, mar, ar, espaço, ciberespaço.

Dessa forma, a estratégia, no ambiente geográfico “mar”, ou seja estratégia marítima, pode ser definida, segundo Holmes (2019), como a arte e a ciência de usar o poder para cumprir propósitos relacionados com o mar e o poder marítimo é um meio para atingir os fins estratégicos definidos pelos líderes políticos em concertação com os constituintes nacionais. Já Corbett (1911) define estratégia marítima como os princípios orientadores de um conflito bélico, em que o mar desempenha um papel significativo.

Dentro de uma perspectiva do pensamento estratégico brasileiro contemporâneo, o Poder Marítimo vem se destacando como elemento-chave para a consolidação da soberania nacional. Ele permite a projeção da soberania nacional sobre vastas áreas marítimas, contribuindo para a defesa e segurança do País. No viés econômico, é um fator crucial para o desenvolvimento nacional, por meios da exploração de recursos naturais e do comércio marítimo, conforme delineado no EMA-305 (Brasil, 2017).

A importância da Estratégia Marítima para o fortalecimento do Poder Naval é bem demonstrada por Holmes (2019), que argumenta a necessidade de o País e sua Marinha se beneficiarem da riqueza econômica gerada pelos mares:

Estratégia marítima significa aproveitar o poder marítimo para apoiar a diplomacia – e daí o acesso comercial e a prosperidade econômica que ele traz. Por sua vez, a Marinha é beneficiária da prosperidade, uma vez que a vitalidade econômica gera as receitas de que o governo necessita para financiar uma Marinha. Colocar em movimento e sustentar este ciclo virtuoso entre a economia, a diplomacia e o Poder Naval é o objetivo da estratégia marítima. Preparar-se para a batalha é uma função subsidiária, embora inevitável (Holmes, 2019, n.p).

Segundo Caminha (1983), o controle do mar, pelo viés exclusivo militar, significa impossibilitar o acesso ao inimigo, nos pontos e momentos escolhidos, enquanto a falta de seu controle, um obstáculo de transposição impossível. Isso mostra a importância estratégica de se ter um Poder Naval pronto para ser empregado, quando a Nação assim requerer.

Ora, presentemente, quando o mar intervém nas questões entre os povos, é como o raio. Em poucos dias a agressão, o combate e a vitória, ou a ruína. Uma batalha suprime uma esquadra, e a supressão de uma esquadra pode envolver o desaparecimento de uma nação. A Lição das Esquadras (Barbosa, 1898, n.p).

Ao refletir sobre as palavras de Barbosa (1898), percebe-se a importância crucial da existência de uma Esquadra forte e crível, relevante representação do Poder Naval, na estratégia de defesa de uma nação, levando o leitor a inferir que ela é um pilar fundamental para a sustentação de um país. Assim, quando se fala em Estratégia Marítima, é importante que a Marinha do Brasil, detentora do Poder Naval, seja fortalecida pelas políticas governamentais.

Nesse sentido, de acordo com a publicação EMA-305 (Brasil, 2017), o Poder Naval é uma componente crucial da expressão militar do Poder Nacional, atuando estrategicamente no mar, nas águas interiores e em áreas terrestres e espaço aéreo relacionado. Ainda, em continuidade, a publicação EMA-305 (Brasil, 2017) destaca que a função primordial do Poder Naval é assegurar a realização dos Objetivos Nacionais de Defesa, conforme estabelecido pela PND (Brasil, 2005) e pela Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil, 2008), desempenhando um papel vital na proteção e na promoção dos interesses de defesa do País.

### 2.3 O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Quando se fala do Entorno Estratégico Brasileiro, definido na PND (Brasil 2005), o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM) (Brasil, 2020) destaca que a Política Naval atribui prioridade ao Atlântico Sul. Essa importante área é compreendida pelos seguintes limites geoestratégicos: ao Norte, pelo paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes

áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o espaço ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro situado no hemisfério Norte, representado pelo estado do Amapá (Brasil, 2020, p. 18).

Segundo Nasser (2014), o Entorno Estratégico Brasileiro refere-se às áreas geográficas que são de significativa importância para a segurança nacional e a política externa do Brasil. Isso inclui tanto a América do Sul, quanto o Atlântico Sul, espaços geográficos onde o Brasil busca manter a estabilidade e a cooperação regional. A segurança nessas áreas é crucial para o comércio internacional do Brasil e para a proteção de suas fontes energéticas. Além disso, infere Penha (2011), o Brasil se esforça para manter o Atlântico Sul como uma zona livre de armas nucleares e promover um ambiente de paz e cooperação.

A END (Brasil, 2008), conforme já mencionado e sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o Entorno Estratégico Brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. A cooperação em defesa e segurança com outros países sul-americanos e africanos é parte integrante desse Entorno Estratégico, visando o desenvolvimento conjunto e considerando ainda o combate às ameaças transnacionais como o narcotráfico e o crime organizado. Nesse cenário, um Poder Naval Brasileiro fortalecido é fundamental, já que é a força empregada para defender e patrulhar essas áreas estratégicas.

## 2.4 DIREITO DO MAR E A AMAZÔNIA AZUL

Ao longo da história, o mar tem sido palco de disputas e conflitos armados que persistem até os dias atuais. Com a consolidação da navegação e do comércio internacional, surgiu a necessidade de se estabelecer regras para o uso dos mares. Desta forma, ao discutir o direito do mar, é essencial mencionar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), concluída em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica, que estabelece regramento para o Direito do Mar no Mundo contemporâneo (Brasil, 1995, n.p).

Assim, a CNUDM (1982) busca estabelecer, com a devida consideração pela soberania de todos os Estados, uma ordem jurídica para os mares e oceanos que

facilite as comunicações internacionais. Além disso, a CNUDM (1982) busca promover os usos pacíficos dos mares e oceanos, a utilização equitativa e eficiente dos seus recursos, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho.

A CNUDM (1982) estabelece o conceito de linhas de base a partir das quais passam a ser contados: o mar territorial (até 12 milhas náuticas), a zona contígua (até 24 milhas náuticas), a zona econômica exclusiva (200 milhas náuticas) e o limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas, bem como os critérios para o delineamento do limite exterior da plataforma continental.

Vidigal et al. (2006) afirmam que temos direito de exploração dos recursos econômicos nessas delimitações, constituindo uma enorme área marítima, que alcança 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Considera-se, ainda, que esse espaço, segundo a CIRM (Brasil, 2024), poderá atingir 5,7 milhões de metros quadrados se as pretensões brasileiras vierem a ser homologadas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa área, ressaltam Vidigal et al. (2006), por sua extensão e riqueza, é considerada uma verdadeira Amazônia Azul, que é um código nacional, um movimento atual de retorno efetivo ao destino marítimo brasileiro.

## 2.5 O SURGIMENTO DA RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA E DA ZOPACAS

Segundo Saraiva (2012), o Brasil e a África, através do Império marítimo-comercial Português do século XVI, constituíram uma unidade civilizacional e suas relações eram parcelas integrantes do Antigo Sistema Colonial. Essa situação, estreitou laços entre essas regiões, pois houve uma grande interiorização da cultura africana no Brasil por conta do intenso tráfego de escravos para a então colônia portuguesa na América.

Visentini (2016) aponta que, apesar dos esforços do Brasil para fortalecer laços com a África, obstáculos como legados coloniais, independência tardia das nações africanas, conflitos internos e influência de grandes potências dificultaram essa aproximação. Conforme Visentini (2016), somente após os anos 90, com a superação da hiperinflação e instabilidade econômica no Brasil, iniciativas de

estabilização e reformas monetárias, é que as relações Brasil-África começaram a evoluir positivamente.

Sob outro prisma, relata Penha (2011), há um esforço conjunto para manter o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares e disputas extrarregionais, reforçando a identidade histórica e as características próprias da região. Nesse contexto, surge a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Essa foi criada, conforme Penha (2011), durante a Guerra Fria como uma resposta à militarização do Atlântico Sul pelas potências do Norte. Hoje, sua relevância cresce devido à riqueza econômica da região.

Os países-membros da ZOPACAS são: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (Gonçalves et al., 2021, p. 3).

Dentro desse contexto, segundo Martins (2017, n.p), “a ZOPACAS foi a resposta brasileira e africana ao projeto de militarização do Atlântico Sul, tal como previsto na criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), defendido pela África do Sul e a Argentina”. Martins (2017, n.p) destaca que “a ZOPACAS materializou-se como resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas nº 41/11, de 27 de outubro de 1986, com o principal objetivo de promover a paz e a cooperação entre os povos da região sul atlântica ou a paz como objetivo maior e a cooperação como instrumento ou meio para atingir esse fim”.

### **3 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL PARA O BRASIL**

No alvorecer do século XXI, observa-se uma expansão nas interações entre as nações que formam o Atlântico Sul, relata Saraiva (2012). A ascensão de novas potências no cenário global, a democratização na África, a descoberta de valiosos recursos minerais e energéticos em ambas as costas do Atlântico Sul, e a crescente relevância de rotas comerciais alternativas às tradicionais vias marítimas, são elementos que destacaram a importância estratégica do Atlântico Sul.

Esse importante oceano serve como uma ponte entre o Brasil e a África, além

de proporcionar uma rota de acesso ao continente asiático. Isso é possível através do Oceano Índico, passando pelo Cabo da Boa Esperança, ou pelo Oceano Pacífico, utilizando a Passagem de Drake. O Atlântico Sul ressurgiu como um ponto focal no cenário político e estratégico global, impulsionando parcerias de cooperação Sul-Sul<sup>4</sup> na região. As nações litorâneas dessa significativa área possuem riquezas que, diante da diminuição global de recursos energéticos, intensificam a possibilidade de aumentar as intervenções de forças externas à região.

Segundo Visentini (2016), a parte meridional do Oceano Atlântico e suas margens sul-americana e africana estão se tornando um novo espaço de disputa estratégica e militar na segunda década do século XXI. Isso é comprovado por ações dos Estados Unidos da América (EUA) com a recriação da IV Frota e com a criação do Comando África (AFRICOM), conforme relata Visentini (2016). Também, segundo Penha (2011), é observada a forte presença da Inglaterra, detentora de diversas ilhas espalhadas na região e também da presença da China na África.

Dada a importância emergente do Atlântico Sul no contexto global, marcado pela competição entre as grandes potências pela disputa de poder, este capítulo busca examinar elementos que demonstrem a relevância estratégica do Atlântico Sul. Dentro desse cenário, procura-se destacar o papel crucial da Marinha do Brasil, através do Poder Naval, em fortalecer a liderança regional do Brasil e assegurar a soberania nacional na Amazônia Azul e no seu Entorno Estratégico.

### 3.1 O PAPEL DOS OCEANOS PARA UMA NAÇÃO

Desde a Antiguidade, pode-se constatar nas mais diversas obras literárias disponíveis, o quanto foi e continua sendo importante o uso do mar para a ascensão e estabilidade de uma nação. Isso é evidenciado por Caminha (1980) quando o autor descreve sobre a relação da humanidade com o mar, desde o Egito Antigo, passando pela Fenícia, Grécia Antiga, Cartago e Roma, até os países da atualidade, como EUA, Inglaterra e Japão. Caminha (1983) cita que a importância dos oceanos na vida dos povos é tão evidente e antiga, que seriam dispensáveis maiores

---

<sup>4</sup> Processo em que dois ou mais países em desenvolvimento buscam atingir objetivos comuns ou individuais, por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e recursos (UNICEF, 2024, n.p).

considerações.

Segundo Vidigal et al. (2006), os oceanos desempenham papéis essenciais para a existência humana e a saúde do planeta, agindo em diversas frentes, desde a economia até a manutenção do equilíbrio climático. Nesse equilíbrio, continuam Vidigal et al. (2006), os oceanos atuam como reguladores da temperatura global, absorvendo calor e o redistribuindo pelo planeta através das correntes marítimas. Além disso, Vidigal et al. (2006) ressaltam que a vida marinha é extremamente diversificada, com muitas espécies ainda a serem estudadas. Economicamente, os oceanos são cruciais para o comércio mundial, a pesca, o turismo e a navegação. São também fontes ricas em recursos como petróleo, gás, minerais, alimentos e substâncias para medicamentos, assim afirmam Vidigal et al. (2006).

Dentro de uma visão estratégica, Caminha (1983) destaca a importância do oceano para o Brasil, apontando que as conexões marítimas colocam o País em contato mais frequente e direto com nações distantes como Japão e China do que com vizinhos continentais próximos como Colômbia, Venezuela, Equador ou Chile. Essa dinâmica é influenciada por características geográficas únicas da América do Sul, como a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes, formando uma certa barreira natural, e, conseqüentemente, promovendo uma maior interação do Brasil com os países do oeste africano que estão interligados através do Atlântico Sul.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DA AMAZÔNIA AZUL

Comumente, o mar é vinculado ao entretenimento e períodos de descanso, realmente, ele oferece uma vasta gama de atrações para as pessoas que querem fazer turismo. Contudo, muitos não percebem o real significado econômico das diversas atividades marítimas, que incluem o transporte aquaviário, a pesca e a aquicultura, além do setor de construção naval e a exploração de recursos energéticos e minerais.

No contexto do Atlântico Sul, com base nos acordos discutidos na CNUDM (1982), a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e a Marinha do Brasil, na figura da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), em conjunto com a Empresa Brasileira de Petróleo S.A. (PETROBRAS) e a Comunidade Científica

Brasileira, iniciaram os trabalhos que colocaram em prática, em 1986, um projeto que deu origem ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)<sup>5</sup> (Vidigal et al., 2006, p. 51).

Segundo a CIRM (Brasil, 2024), após a conclusão da primeira fase do LEPLAC, em 2004, verificou-se que o Brasil incorporaria uma área oceânica sob jurisdição brasileira de 4,4 milhões de km<sup>2</sup>. Esta região corresponde, aproximadamente, à metade da área terrestre do território continental brasileiro, sendo considerada como a Amazônia Azul. A segunda fase do LEPLAC, a proposta da margem Oriental/Meridional com a inclusão da Elevação de Rio Grande (ERG) foi encaminhada à ONU em 7 de dezembro de 2018, e com o atraso decorrente da paralisação da análise da Margem Equatorial, possivelmente será analisada a partir de 2024 (Brasil, CIRM, 2024, n.p). Com a possibilidade de inclusão da ERG nessa submissão à CLPC da ONU, a nossa Amazônia Azul passará a ter uma área de cerca de 5,7 milhões de km<sup>2</sup>, conforme descreve a CIRM (Brasil, 2024).

Santos et al. (2022) destacam a importância estratégica da Amazônia Azul para a economia brasileira, uma área marítima sob controle do Brasil, expressivamente rica em biodiversidade e recursos vivos e não vivos como peixes, minerais e energia. A região é fonte de 95% do petróleo, 80% do gás natural e 45% dos pescados consumidos no País, assim relatam Santos et al. (2022). Além disso, é um eixo vital para o comércio, com 95% das transações comerciais do Brasil ocorrendo pelo mar, contribuindo com 19% do PIB registrado em 2019, conforme ressaltam Santos et al. (2022). “Globalmente, a economia marítima está em ascensão, com expectativa de crescimento anual de 3,5% para as indústrias oceânicas até 2030 e projeção de triplicar o comércio marítimo até 2050, reforçando assim o valor econômico e estratégico da Amazônia Azul” (Junior, 2019, n.p).

Para o progresso e segurança do Brasil, torna-se crucial elevar a capacidade de defesa da Amazônia Azul e do Atlântico Sul, considerando fatores econômicos, sociais e de defesa. A importância dessas regiões marítimas é amplificada pela atenção internacional que suas riquezas e potencial de desenvolvimento atraem. O papel da MB é fundamental na salvaguarda e fiscalização dessa área marítima.

---

<sup>5</sup> É o programa de Governo que tem o propósito de estabelecer o limite exterior da nossa Plataforma Continental no seu enfoque jurídico, ou seja, determinar a área marítima, além das 200 milhas, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinho (Brasil, 1989, n.p).

Um Poder Naval robusto, com capacidade de rápida mobilização e operação contínua, bem como a projeção de poder, que engloba a capacidade de influenciar áreas de interesse, são aspectos cruciais a considerar no campo da estratégia marítima. Esses fatores são essenciais para fortalecer a segurança da Amazônia Azul e das LCM de interesse ao País, defendendo contra atividades ilícitas, salvaguardando os interesses nacionais e garantindo assim a soberania e a integridade territorial do Brasil.

Diante do exposto, a ausência do fortalecimento do Poder Naval, por meio de uma modernização adequada dos recursos Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais e de tecnologias eficientes de monitoramento, compromete a manutenção dos direitos nacionais adquiridos, após anos de pesquisa e de discussões e controvérsia no campo do Direito Internacional Público e da Diplomacia Internacional, nessa importante área estratégica para a nação: a Amazônia Azul.

### 3.3 O PODER NAVAL E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO NO ATLÂNTICO SUL

Historicamente, o Poder Naval do Brasil foi vital para assegurar a independência e a integridade territorial do País recém-formado. Segundo Vidigal (1985), a Guerra da Independência foi um elemento-chave para a integração nacional, assim como a contenção de várias rebeliões ocorridas naquela época. Ademais, o Poder Naval desempenhou um papel crucial na defesa dos interesses nacionais em várias ocasiões, conforme evidenciam Bittencourt et al. (2006).

Vidigal (1985) destaca a participação da Marinha Imperial na Guerra da Cisplatina, quando teve um papel significativo no bloqueio naval e na segurança do comércio marítimo. É importante também reconhecer a contribuição decisiva do Poder Naval na Guerra do Paraguai, assegurando a vitória e protegendo os interesses nacionais. De acordo com Vidigal (1985), a Guerra do Paraguai marcou o fim de uma série de conflitos externos nos quais o Brasil esteve envolvido.

A partir de uma perspectiva diferente, a Questão Christie evidenciou a relevância de um Poder Naval na proteção e imposição dos interesses nacionais. Este evento evidenciou a vulnerabilidade do Brasil diante de uma nação com uma força naval significativamente mais forte, conforme ilustrado por Vidigal (1985):

A Questão Christie (1861-1863), que pode ser considerada como a síntese dos nossos problemas com os ingleses – depois que as divergências relativas à repressão ao tráfico de escravos tinha sido amenizadas após o incidente com o cruzador Cormoran (1850), do que resultou legislação rigorosa e que foi feita cumprir pelos brasileiros – veio patentear a nossa fraqueza militar diante das grandes potências navais, e serviu, da mesma forma, que as guerras externas, como um estímulo para a aquisição de navios no exterior e a construção naval no País (Vidigal, 1985, p. 110).

Holmes (2019) enfatiza ainda que o papel da Marinha, detentora do Poder Naval, é reforçar as iniciativas diplomáticas, visando criar, expandir e salvaguardar as LCM, indispensáveis para o desenvolvimento nacional. Nesse contexto, segundo Bittencourt et al. (2006, p. 165) “a Marinha tem uma função importante no estreitamento de laços de amizade na área diplomática e no apoio de segurança militar naval, que pode fazer com que aliados se sintam apoiados nas suas decisões políticas, nas relações internacionais e na dissuasão de inimigos com intenções agressivas”.

A defesa contra perigos como a pirataria, o tráfico internacional e as disputas por pescado e riquezas minerais são termos fundamentais à manutenção da soberania dos países, conforme é destacado pelo PEM 2040 (2020). A preservação das LCM é indispensável para a estabilidade econômica mundial e para a autonomia dos países litorâneos. Ademais, o controle das LCM é essencial para a defesa dos países em situação de conflito e guerra, assegurando o acesso aos recursos do mar e a manutenção da capacidade logística de um país. Entretanto, apenas os países que possuem um Poder Naval crível podem se fazer presentes diante de tais desafios.

A importância do Poder Naval para o Brasil é evidente na preservação de seus interesses nacionais e na salvaguarda de sua soberania no mar e nas águas interiores. A MB, por meio do seu Poder Naval, desempenha um papel crucial na elevação do Brasil a uma posição proeminente em sua área de interesse, definido como seu Entorno Estratégico, especialmente no Atlântico Sul e junto aos países do litoral oeste africano. O fortalecimento do Poder Naval surge como uma estratégia eficaz para assegurar os interesses nacionais na área.

Conforme Vidigal (1985), a evolução do pensamento estratégico naval brasileiro pode ser categorizada em três fases distintas:

– 1ª fase: Da Independência até 1893, época da Revolta da Armada contra o

então Presidente Floriano Peixoto. Caracterizada pela significativa mentalidade marítima da então recente nação, com forte influência da Marinha Inglesa na Marinha do Brasil;

– 2ª fase: De 1893 até 1977, data da renúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Marcada pela crescente dependência da Marinha do Brasil em relação à Marinha dos EUA, resultando em um afastamento da mentalidade marítima sobre a Nação; e

– 3ª fase: Iniciada em 1977 e estendendo-se até os dias atuais. A Marinha assume uma nova postura com a reformulação de sua conceituação estratégica, inicialmente pela Política Básica e Diretrizes de 1977 e, mais tarde, com o Plano Estratégico da Marinha (PEM). Essa fase, em consonância com o desenvolvimento brasileiro, vem acarretando um novo despertar da consciência marítima do País.

Vidigal (1985) foi visionário ao relatar que, na 3ª fase, um retorno à maritimidade, tão presente na histórica 1ª fase, pode ser uma das características fundamentais da atual fase do pensamento estratégico brasileiro, bem como a busca por caminhos próprios que atendam às nossas aspirações e interesses. De fato, essa possibilidade, mencionada por Vidigal (1985), vem se tornando realidade com as iniciativas do Governo e da Marinha do Brasil com destaque para a PND (Brasil, 2005), a END (Brasil, 2008) e o PEM 2040 (Brasil, 2020).

Segundo a PND (Brasil, 2005), a vocação marítima nacional do Brasil é destacada, enfatizando a importância estratégica do Atlântico Sul e a proteção dos recursos naturais nas AJB, incluindo as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil. Dessa forma, a dissuasão é considerada a primeira postura estratégica para a defesa dos interesses nacionais, exigindo intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima e cooperação com países do Atlântico Sul. A eficácia dessa dissuasão depende de uma Força Naval poderosa, com influência decisiva sobre os países desta região vital, especialmente nas relações entre Brasil e África, considerada de grande interesse estratégico para a Nação.

Como orientação estratégica em relação ao mar, a PND (Brasil, 2005) recomenda que o País disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das AJB, bem como de manter a segurança das LCM. Segundo Vidigal et al.(2006), as diretrizes da PND (Brasil, 2005) determinam o aprimoramento da

vigilância, do controle e da defesa das AJB, o aumento da presença militar na área estratégica do Atlântico Sul e a proteção das LCM de importância vital para o País. Essas medidas são fundamentais para demonstrar a importância do fortalecimento do Poder Naval do Brasil e o despertar de uma consciência marítima nacional no apoio a esse importante assunto.

### 3.4 MENTALIDADE MARÍTIMA E O FORTALECIMENTO DO PODER NAVAL

No período colonial, sob o domínio de Portugal, Vidigal et al. (2006) relatam que o Brasil desenvolveu uma importante mentalidade marítima que foi essencial para a mobilização e a integração de seu território. Essa abordagem marítima, com o apoio do Poder Naval, foi fundamental para firmar o território do Brasil Colônia e manter a independência nacional frente ao controle luso-colonial, conforme demonstrado por Bittencourt et al. (2006). A preferência pelo mar, devido à falta de rotas terrestres estabelecidas, é corroborada por Mahan (1918), que observa que, apesar dos riscos conhecidos e desconhecidos do mar, tanto as viagens como o tráfego por água sempre foram mais fáceis e baratos do que por terra.

No entanto, com a Revolução Industrial no século XIX, o Brasil não acompanhou o rápido avanço tecnológico global, mantendo-se como uma economia majoritariamente agrícola, ressaltam Vidigal et al. (2006). Nesse período, o País viu-se focado nas fronteiras terrestres para consolidar e manter o seu território, desenvolvendo uma forte mentalidade terrestre. Contudo, inferem Bittencourt et al. (2006), a Guerra do Paraguai ressaltou, mais uma vez, a importância estratégica da defesa marítima, levando à construção de uma Marinha de guerra adequada, com o fortalecimento do seu Poder Naval, capaz de defender rapidamente as ameaças externas.

Segundo Filho (2010), com o Programa Naval de 1906, liderado pelo Almirante Alexandrino de Alencar, o Brasil chegou a possuir, por um breve momento, uma das cinco maiores marinhas do mundo durante a “Era dos Encouraçados”. Contudo, relata Filho (2010), as duas Guerras Mundiais expuseram a obsolescência tecnológica dos navios de guerra brasileiros, pois houve uma mudança drástica nas estratégias de combate naval. Esse fato tornou os navios

brasileiros ultrapassados em comparação com os novos tipos de navios guerra das grandes potências navais da época.

Após a Segunda Guerra Mundial, a estratégia de desenvolvimento da fronteira oeste do Brasil, marcada pela criação de Brasília e pelo foco no transporte terrestre, impactou negativamente a navegação costeira e oceânica. Essa situação, somada às crises petrolíferas da década de 1970, afetou adversamente a Marinha Mercante e os investimentos em construção naval, assim como a Marinha de Guerra, levando a uma menor ênfase na importância do mar para o País (Vidigal et al., 2006, p. 27).

De acordo com Mahan (1918), uma das cinco principais condições que influenciam o poder marítimo das nações é o caráter do povo, ou seja, a mentalidade marítima. Isso se refere às características e aptidões nacionais que impactam o desenvolvimento do poder marítimo de uma nação. Mahan (1918) menciona a Inglaterra e a Holanda como exemplos de nações que buscaram riqueza através do trabalho e do comércio por meio do mar, o que influenciou a ação de seus governos em alinhamento com a tendência natural do povo, promovendo o crescimento em todos os aspectos, incluindo o poder marítimo.

A Lição das Esquadras, publicado no jornal *A Imprensa* em 16 de novembro de 1898, Barbosa (1898) deduz que a grandiosidade de uma nação pode ser medida por seu valor nos mares e sua capacidade de protegê-lo por meio de uma Marinha de Guerra pronta para enfrentar o inimigo. Entretanto, enfatiza Barbosa (1898), o povo deve reconhecer e valorizar seu mar territorial e a força que o protege, para isso, deve existir uma mentalidade marítima na Nação.

Dentro desse quadro de alternância entre aproximação e afastamento do mar, o conceito de Amazônia Azul emerge como um símbolo do ressurgimento do interesse marítimo no Brasil, conforme relatam Vidigal et al. (2006). Representa uma iniciativa colaborativa entre o Governo, a Comunidade Científica, a CIRM e a Marinha do Brasil, por meio do LEPLAC (Brasil, 1989), da PND (Brasil, 2005) e da END (Brasil, 2008), para reforçar a consciência sobre a importância do mar para os brasileiros e seu papel no avanço da Nação.

Flores (1972) menciona que a mentalidade marítima é a convicção ou crença, individual ou coletiva, do valor do uso do mar para o desenvolvimento e a segurança

do País, desenvolvendo nos brasileiros a ideia do que representa efetivamente o mar para o destino do Brasil. Nesse contexto, a Marinha do Brasil e a CIRM estão engajadas em fomentar essa consciência marítima entre os cidadãos, proporcionalmente à grandeza do Brasil como nação oceânica, por meio de planos de ação para alcançar essa finalidade.

Assim, depreende-se que a mentalidade marítima é, portanto, um instrumento vital para promover o fortalecimento do Poder Naval Brasileiro, sublinhando a importância de valorizar e proteger o que é considerado essencial para uma Nação. Ela envolve a conscientização da sociedade e dos governantes sobre a importância do mar para a segurança e o desenvolvimento do Brasil. Isso inclui, com a ação efetiva de uma Marinha forte, a proteção dos recursos naturais, a defesa contra ameaças e a garantia do desenvolvimento econômico e social da Nação.

#### **4. A RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA NO ATLÂNTICO SUL**

A imagem geológica de cadeias montanhosas no Atlântico Sul, resquícios da quebra das duas geografias, já não mais separam as profundezas da riqueza do pré-sal, brasileiro e africano, no início do século XXI. As brisas que movem naus da cooperação do início do século fazem do Atlântico abaixo da linha do Equador, nos nossos dias, um mar interior. Esse mar interior, quase mediterrâneo como o de Fernand Braudel, é lugar de trocas humanas, valores, comércio, cooperação social e política de novos atores, além da diplomacia das novas coalizões no sistema das relações internacionais do Sul (SARAIVA, 2012, p. 13).

No texto, Saraiva (2012) ressalta a importância do Atlântico Sul, uma região que compartilha um passado geológico com continentes que já foram unidos no remotíssimo período da formação dos continentes. Essa área requer atenção e proteção cuidadosa dos Estados, particularmente no que diz respeito à preservação de suas soberanias territoriais. Dentro da Estratégia Marítima para o Atlântico Sul, o Brasil tem adotado uma abordagem assertiva e prática em relação ao seu Entorno Estratégico, focando também na cooperação com os países da costa oeste africano.

O Brasil e a África compartilham uma história entrelaçada pela diáspora africana<sup>6</sup>, cuja influência é fortemente sentida na cultura do Brasil. Desde os tempos coloniais até o presente, Visentini (2016) destaca que os laços entre as duas regiões foram reforçados por meio de intercâmbios comerciais, fluxos migratórios e

---

<sup>6</sup> A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados (Marques, 2023, n.p).

interações culturais. No contexto do século XXI, segundo Saraiva (2012), o Brasil vem intensificando sua presença na África banhada pelo Atlântico Sul, estabelecendo parcerias estratégicas e promovendo a Cooperação Sul-Sul. Iniciativas como a ZOPACAS e acordos defensivos são exemplos de esforços de interação para fortalecer a segurança regional e o desenvolvimento sustentável.

A região do Atlântico Sul tem emergido como um palco de significativa importância geopolítica e econômica no cenário mundial, moldada por um histórico de interações transatlânticas que moldaram as relações entre o Brasil e nações africanas. Este capítulo busca demonstrar as complexas dinâmicas entre esses países, com ênfase na cooperação política, econômica e defensiva. O objetivo deste capítulo é analisar os fatores que constituem o cenário atual da região e ilustrar como a Marinha do Brasil, por meio do seu Poder Naval, pode contribuir para posicionar o País como um líder regional.

#### 4.1 INÍCIO E QUEDA DE UMA RELAÇÃO

No período do Brasil colonial, como parte fundamental do Império Português, havia um intenso intercâmbio de navegação com o continente africano, caracterizado principalmente pelo tráfico transatlântico de escravos e pelo transporte de produtos coloniais das terras brasileiras para Portugal. Esse intercâmbio era realizado através de rotas marítimas que cruzavam o Atlântico Sul. Segundo Penha (2011), durante os séculos XVII e XVIII, a Bahia e o Rio de Janeiro mantinham relações de trocas com regiões africanas como Daomé, Angola e Benguela, onde escravos e mercadorias africanas eram trocados por produtos brasileiros como açúcar e café. Porém, a Inglaterra, que na época detinha a supremacia naval, exercia sua influência para impor tratados comerciais que interferiam negativamente nas relações comerciais entre o Brasil colonial e a África, conforme descrito por Penha (2011).

No decorrer do século XIX, o continente africano foi cenário do neocolonialismo e da exploração de seus recursos por países europeus. Nesse mesmo período, em 1822, o Brasil alcançava a sua independência política e na Bahia, conforme Bittencourt et al. (2006), era consolidada a independência de Portugal, em dois de julho de 1823. A Conferência de Berlim, realizada de 1884 a

1885, estabeleceu as divisões territoriais das colônias europeias na África, facilitando a exploração econômica e a divisão territorial do continente por nações externas. Segundo Martins (2012), a conferência não apenas dividiu a África entre as nações europeias, mas também estipulou a ocupação militar nos territórios anexados como meio de garantir seu domínio, um processo denominado Imperialismo.

No período neocolonial, a Inglaterra voltou seus esforços de investimento para o Atlântico Sul. Segundo Penha (2011), o objetivo britânico era estabelecer sua supremacia na área, em meio ao acirramento das disputas imperialistas que marcaram a colonização da África na segunda metade do século XIX. Penha (2011) relata que essa dinâmica neocolonial levou a uma diminuição nas relações comerciais com a África, atenuando o papel do Atlântico Sul na política externa brasileira. A capacidade das potências europeias de exercer influência na região só foi possível devido as suas capacidades de projeção de poder por meio do Poder Naval efetivo na região.

Segundo Lacoste, (1995 apud Penha, 2011), a relevância do Atlântico Sul como rota de navegação começou a declinar ainda mais após a inauguração do Canal de Suez pelos franceses em 1867. A abertura desse canal multiplicou o comércio entre a Índia e a Grã-Bretanha, mas também resultou na diminuição da importância da Rota do Cabo<sup>7</sup>, afetando o papel estratégico do Atlântico Sul nas rotas marítimas de comunicação interoceânica do comércio europeu. Além disso, destaca Penha (2011), a construção do Canal do Panamá, que conecta o Atlântico ao Pacífico, contribuiu também para a marginalização da rota sul atlântica.

Consequentemente, o domínio europeu no continente africano, conforme Visentini (2016), desempenhou um papel no enfraquecimento dos laços e no aumento do afastamento entre o Brasil e a África, particularmente nos séculos XIX e XX. A observação das variações nas interações Brasil-África durante esse período indica que a presença de forças estrangeiras no Atlântico Sul foi um elemento crucial para interferir nessa relação. Assim, o desenvolvimento futuro dos vínculos Brasil-África na região depende da capacidade dos países de estabelecer acordos de

---

<sup>7</sup> Rota marítima entre o Ocidente e o Oriente que passa ao largo do Cabo da Boa Esperança, no extremo meridional do continente africano, que foi descoberto pelos portugueses, no período das Grandes Navegações, e utilizado como alternativa para se chegar às "Índias", utilizando o Atlântico Sul (Porto Editora, 2024, n.p).

cooperação mais sólidos, com foco em economia e defesa, buscando estratégias compartilhadas para a salvaguarda de seus interesses e soberania nacional.

#### 4.2 A RETOMADA DA RELAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Durante o período da Guerra Fria, segundo Nasser (2014), o Brasil estava alinhado com as concepções estratégicas dos EUA, focando na defesa das LCM no Atlântico Sul contra possíveis ameaças soviéticas. A cooperação militar entre Brasil e EUA era significativa. Com o fim da Guerra Fria, o Brasil começou a diversificar suas parcerias, fortalecendo laços econômicos, políticos e de segurança com países africanos. Conforme Penha (2011), a descoberta de recursos naturais no Atlântico Sul, como petróleo e gás, aumentou a importância estratégica da região. Com isso, o Brasil vem procurando se alinhar com os países do oeste africano para consolidar sua influência na região, que faz parte do Entorno Estratégico Brasileiro.

Segundo Penha (2011), o processo de descolonização africana ocorreu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela luta dos povos africanos pela independência e o fim do domínio colonial europeu. Durante esse período de descolonização, o Brasil apoiou politicamente as nações africanas em suas lutas por autodeterminação e independência, refletindo uma postura anticolonialista. Comenta Saraiva (2011) que o Brasil, com sua própria história de colonização e escravidão, compartilha laços culturais e históricos com a África. Esses laços influenciaram as relações diplomáticas e a solidariedade do Brasil com os movimentos de independência africanos.

As relações entre o Brasil e os países africanos continuam a se desenvolver, com ênfase na cooperação econômica, cultural, política e defensiva. Na área de Cooperação em Defesa, segundo Martins (2017), o Brasil tem estabelecido parcerias estratégicas com países africanos, como Angola, Moçambique, Nigéria e África do Sul, com treinamento militar, cooperação naval e desenvolvimento de tecnologia de defesa. Essa relação na área de defesa é um caminho estratégico para que o Brasil seja visto como um País com certo grau persuasivo, principalmente na área Militar Naval. Nesse sentido, o fortalecimento do Poder Naval é um fator primordial para consolidar a influência no Atlântico Sul e aproximar o Brasil frente aos países africanos.

A importância dos acordos do Brasil com a África, como a ZOPACAS e cooperações em defesa com os países limítrofes, é destacada por Visentini (2016) como uma estratégia para fortalecer o poder de negociação do País, estreitar laços e diminuir influências externas no Atlântico Sul. Martins (2017) aponta que “a ZOPACAS pode elevar essa região marítima a um polo econômico proeminente, unindo países ricos em recursos minerais, energéticos e agrícolas, com uma população de cerca de 800 milhões de habitantes”. Nesse diapasão, cabe-se destacar que, conforme o *World Bank Group* (2024), o PIB dos membros da ZOPACAS foi de aproximadamente US\$ 4,1 milhões em 2023.

O Brasil está empenhado em fortalecer sua liderança regional e estender sua influência até a costa africana, intensificando parcerias militares estratégicas. Segundo Martins (2017), a importância geopolítica do Atlântico Sul está crescendo, e a cooperação em defesa entre as nações que compartilham suas margens é essencial para criar uma identidade regional que está começando a alterar as dinâmicas de poder. Afirma Martins (2017) que a presença brasileira na África é um passo geopolítico importante, com o potencial de alterar o equilíbrio de poder no continente, que foi historicamente marcado pela influência europeia.

Destarte, mesmo com progressos, a dinâmica entre Brasil e África ainda encara obstáculos, incluindo a segurança marítima e as disputas por recursos naturais. A influência de potências extrarregionais e a busca por uma integração econômica mais sólida representam desafios adicionais. Diante de um ambiente global em evolução, o desenvolvimento das relações Brasil-África no Atlântico Sul está atrelado à habilidade dos países de se engajarem de maneira integrada, promovendo a cooperação nas áreas de defesa e da economia para enfrentar desafios compartilhados e maximizar oportunidades de crescimento conjunto.

#### 4.3 A ZOPACAS E A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL

O Brasil está empenhado em garantir a proteção total de sua soberania marítima no Atlântico Sul, o que implica a necessidade de uma infraestrutura institucional robusta em colaboração com países africanos litorâneos. Nesse

contexto, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é fundamental para a segurança coletiva da região, incentivando a colaboração entre as nações participantes, conforme destacado por Visentini (2012):

Para que se atinja plena defesa da soberania dos seus mares, o Brasil precisa estar inserido em uma arquitetura institucional consistente conjuntamente com os países costeiros da África. Neste sentido, a ZOPACAS tem um papel na esfera securitária que é fundamental. Somente uma instituição com objetivo e conteúdo ético definidos poderá assegurar um local para discussão, troca de informação e intercâmbio técnico necessário, além de representar um ator político da instituição como porta-voz dos interesses dos países-membros. Assim, o processo de revitalização que a ZOPACAS tem visto nos últimos anos – capitaneado pelas lideranças do Brasil e de Angola – é de enorme relevância (Visentini, 2012, p. 172).

O Atlântico Sul tem sido uma região de interesse estratégico desde a era do mercantilismo, com a criação da primeira “bacia oceânica” moderna conforme relata Martins (2017). A região foi palco de influência e disputas entre grandes potências, especialmente durante a Guerra Fria. Martins (2017) fala que “a presença de ricos bancos pesqueiros e abundantes recursos de petróleo em bacias submarinas torna o Atlântico Sul economicamente vital”. Isso faz com que as grandes potências procurem assegurar o acesso a esses recursos e rotas comerciais estratégicas.

Segundo Penha (2011), os EUA têm uma longa história de envolvimento no Atlântico Sul, especialmente durante a Guerra Fria. Durante esse período, a região era vista como parte fundamental da estratégia de contenção contra a União Soviética. Os EUA buscam manter sua influência na região para garantir a segurança de rotas marítimas alternativas, proteger seus interesses econômicos e manter alianças com países costeiros da região. Além disso, o Atlântico Sul destaca-se pela abundância de recursos naturais valiosos, incluindo petróleo, gás e minerais diversos, os quais desempenham um papel significativo na economia mundial e atraem o interesse das grandes potências em busca de acesso a esses recursos.

O Reino Unido mantém uma presença marcante no Atlântico Sul, em grande parte, devido ao seu legado colonial e à administração de territórios ultramarinos relata Penha (2011). Por meio de alianças militares, colaborações em segurança e relações comerciais, esse País procura preservar sua influência na região. Conforme apontado por Martins (2017), o Reino Unido possui uma série de territórios no Atlântico Sul, vestígios de sua era colonial, que incluem ilhas e arquipélagos

dispersos pela região. Entre esses, as Ilhas Malvinas são notáveis por serem um dos territórios mais contenciosos, tendo sido palco de um conflito armado internacional em 1982 envolvendo a Argentina e Inglaterra. O desfecho desse embate serve como um alerta sobre a relevância do fortalecimento do Poder Naval em oposição à influência de potências navais extrarregionais no Atlântico Sul.

Conforme Martins (2017), os Estados-Membros da ZOPACAS devem ultrapassar as relações econômicas, políticas e emocionais com antigas metrópoles e novos parceiros. Destarte, a ZOPACAS representa uma oportunidade para o Brasil aprofundar relações com nações africanas, promovendo interesses comuns e cooperação regional. A ZOPACAS transcende a ideia de uma mera comunidade defensiva, apresentando-se como uma região econômica emergente, abastada em recursos minerais, energéticos, agrícolas e pesqueiros.

“A importância da ZOPACAS é inquestionável, representando o primeiro esforço significativo de unificação dos países do Atlântico Sul contra a militarização promovida pelas potências do Norte, especialmente durante a Guerra Fria, influenciada pelos interesses dos EUA e do Reino Unido” (Martins, 2017, n.p). Nesse contexto, segundo Penha (2011, n.p), “com a ZOPACAS, a Marinha do Brasil teria como desenvolver uma certa capacidade dissuasória, que poderia ser implementada com base na cooperação naval regional, de forma a criar dificuldades para a intervenção das potências extrarregionais”.

Estados Unidos da América e Grã-Bretanha mantêm presença militar no Atlântico Sul, contrariando o princípio de não-militarização da ZOPACAS e ameaçando a soberania dos países costeiros, que não possuem capacidades militares comparáveis a dessas potências marítimas. Nesse contexto, Penha (2011) ressalta a diferença entre a não-militarização, prevista na ZOPACAS, que evita influências militares externas, da desmilitarização, que reduziria a capacidade militar regional. Dessa forma, é fundamental que o Brasil aproveite esse princípio e ocupe seu lugar como destaque militar regional.

Nas últimas décadas, observa-se que a a China tem expandido sua influência econômica e política no Atlântico Sul. O objetivo é assegurar o acesso a recursos essenciais, como minerais e petróleo, que são cruciais para o contínuo crescimento econômico do País. Segundo Martins (2017), a China tem feito investimentos

significativos em infraestrutura e projetos de desenvolvimento nos países africanos do Atlântico Sul, consolidando laços políticos e econômicos. Essa crescente influência chinesa gera preocupações nos EUA e no Reino Unido, que veem essa expansão como uma ameaça aos seus interesses e influência na região.

Portanto, dada a importância estratégica para as nações litorâneas, é crucial enfatizar a relevância de parcerias para a salvaguarda de seus recursos naturais e energéticos contra interferências externas. Nesse contexto, o Brasil pode emergir como líder regional, com seu Poder Naval sendo uma ferramenta crucial para consolidar essa liderança frente aos países africanos. A cooperação econômica e militar, especialmente por meio da ZOPACAS, é fundamental para estabelecer fronteiras marítimas e reforçar a influência geopolítica dos países sul-atlânticos. Assim, a Marinha do Brasil tem a capacidade de promover essa aliança entre as nações costeiras, fortalecendo a cooperação regional e elevando o Brasil à desejada posição de liderança no Atlântico Sul.

#### 4.4 A MARINHA DO BRASIL NA UNIÃO DOS DOIS CONTINENTES

O Atlântico Sul, apesar de ser considerado periférico em termos estratégicos e econômicos no cenário mundial, tende a ganhar mais relevância a médio prazo, especialmente devido ao aumento da exploração petrolífera em suas zonas marítimas. No entanto, para a região e, em particular, para o Brasil, esse oceano é de vital importância não só como uma fonte de recursos naturais e rota de navegação, mas também como um meio de fortalecer a integração regional e expandir a influência para além de suas águas.

Segundo Vicentini (2016), o Atlântico Sul é responsável por interligar a América do Sul à África, mas é, sobretudo, um espaço estratégico para trocas políticas, técnicas e comerciais. Com as descobertas de imensos recursos energéticos, com jazidas de gás e petróleo, as duas margens desse importante oceano têm sido palco de disputa de influência extrarregional. Assim, relata Vicentini (2016), é necessário a reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança da navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos por países de fora.

As nações africanas do Atlântico Sul reconhecem a importância de uma liderança regional na geopolítica da região e a necessidade de um país líder local para coordenar as ações que reforcem a soberania dos países que compartilham o Oceano. Assim, espera-se que o Brasil, em face de sua preponderância econômica, cultural e militar, desempenhe um papel significativo na região, promovendo a cooperação e levando as preocupações africanas aos fóruns internacionais.

No entanto, como aponta Martins (2017), para que o Brasil possa liderar efetivamente, é necessário formular uma política externa que respeite a soberania e o controle das riquezas dos países do Atlântico Sul. Isso é essencial para encorajar ações positivas e prevenir medidas hostis. De acordo com a END (Brasil, 2008), tal objetivo deve ser alcançado prioritariamente através da diplomacia, com soluções pacíficas para conflitos, tanto em períodos de paz quanto em crises. Nesse contexto, a Marinha do Brasil, tem um papel fundamental nessa diplomacia.

O Brasil tem buscado estreitar laços com os países africanos do sul atlântico, colocando a inclusão desses países no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, conforme estabelecido na PND (Brasil, 2005) e na END (Brasil, 2008). Para isso, o Poder Naval, em consonância com o PEM 2040 (2020), tem a capacidade de moldar a percepção pública e influenciar líderes de nações de interesse, fortalecendo relações amistosas, assegurando pactos e parcerias, e exibindo propósitos em regiões estratégicas.

Segundo o PEM 2040 (2020), as propriedades de uma Força Naval, como mobilidade, flexibilidade, versatilidade e capacidade de permanência, combinadas com a liberdade de navegação em águas internacionais, possibilitam que os navios do Brasil alcancem todas as nações vizinhas dentro de seu Entorno Estratégico e outras regiões de interesse. Essas características proporcionam uma habilidade única de diplomacia que necessita ser ampliada, e o Poder Naval é visto pelo PEM 2040 (2020) como um elemento tradicional que sustenta a política externa do Brasil.

A PND (Brasil, 2005) tem integrado a África, especialmente sua costa atlântica, ao Entorno Estratégico Brasileiro. Martins (2017, n.p) afirma que “a defesa do Atlântico Sul demanda a inclusão das Forças Armadas brasileiras em múltiplas atividades voltadas para o estreitamento das relações do Brasil com os países africanos”. Perante isso, faz-se necessário que a relação Brasil-África não se

restringa à relação econômica-comercial, mas atinjam também níveis significativos de cooperação militar, ressalta Martins (2017). Nesse sentido, Vicentini (2016) aponta alguns dos acordos bilaterais, dos quais, a Marinha do Brasil encontra-se fortemente presente na maioria deles:

Cooperação recentemente firmados com países como Angola, Guiné Equatorial, Namíbia, Nigéria e Senegal; a venda de aviões Super Tucano para Angola; a criação do Centro de Formação de Forças de Segurança e Instalação de Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Militar em Guiné-Bissau por parte do Brasil; o apoio brasileiro à reestruturação de grande parte da Marinha da Namíbia, com destaque para a criação do Corpo de Fuzileiros Navais; o apoio brasileiro para reestruturação dos setores governamentais de segurança na GuinéBissau; atuação da EMBRAER e Emgepron como empresas atuantes no comércio de defesa com Estados Africanos; a adoção de botes pneumáticos e uniformes para a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe; a compra de um navio-patrolha brasileiro e a assinatura de contratos para a compra de quatro lanchas-patrolha por parte da Namíbia; o desenvolvimento conjunto entre Brasil e África do Sul do míssil ar-ar (Projeto A-DARTER) entre outras iniciativas (Vicentini, 2016, p. 171).

Dessa forma, a relação da Marinha do Brasil na união entre o Brasil e a África é destacada pela cooperação militar, especialmente no contexto estratégico no Atlântico Sul. Nesse sentido, Martins (2017) menciona que o Brasil e os países africanos, como Angola e Namíbia, colaboram no mapeamento e exploração do fundo marinho e no levantamento de suas plataformas continentais com a ajuda significativa da MB. O Brasil busca ampliar sua influência na costa africana do Atlântico Sul, reforçando acordos de cooperação militar na região, utilizando a ZOPACAS como facilitador nessa relação. Essa união, em que a MB está ajudando a desenvolver, reflete um esforço conjunto para garantir segurança marítima e criar uma identidade regional no Atlântico Sul, bem como elevar a Nação como líder na região.

## **5 CONCLUSÃO**

A importância geopolítica e econômica da região do Atlântico Sul tem crescido no contexto global, influenciada por um passado de interações transatlânticas que definiram as relações entre o Brasil e o países africanos. Referenciando os principais pensadores nacionais e internacionais da estratégia marítima e os especialistas no relacionamento Brasil-África, o presente estudo procurou mostrar os

fatores que construíram o cenário atual da região e ilustrou como a Marinha do Brasil, por meio do seu Poder Naval, pode contribuir para posicionar o País como um líder regional. Assim, o fortalecimento do Poder Naval é apresentado como uma estratégia eficaz para assegurar os interesses nacionais na região sul-atlântica.

A relevância dessa questão emerge em resposta à presença de forças navais estrangeiras no continente africano, uma vez que o domínio dessa zona marítima é essencial para assegurar os interesses nacionais na região, bem como para resguardar a soberania nacional nas AJB e no seu Entorno Estratégico. Para o avanço do Brasil, é crucial fortalecer a capacidade de defesa da Amazônia Azul e da sua preponderância no Atlântico Sul.

Destarte, o trabalho ora apresentado se mostra como uma etapa promissora para o avanço do conhecimento em estratégias marítimas no Atlântico Sul e para o desenvolvimento de um conceito de defesa que destaque o Poder Naval como ferramenta para fortalecer os laços de amizade com os países da costa oeste africana, bem como posicionar o Brasil como principal líder regional. Tal abordagem pode despertar na sociedade brasileira a importância de ser criada uma comunidade sul-atlântica interligada.

Em uma visão de futuro projetada por Vidigal (1985), dentro da concepção da evolução do pensamento estratégico naval brasileiro, que descreve as alternâncias de foco e negligência em relação à importância do mar e da mentalidade marítima, o Governo e a Marinha do Brasil vem de fato resgatando esse conceito especialmente por meio da publicação de importantes documentos como a PND, a END e o PEM 2040. Essa iniciativa ganha relevância diante do papel estratégico crescente da Amazônia Azul e do Atlântico Sul nas últimas décadas.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, na concepção clássica da estratégia marítima, os oceanos são reconhecidos por sua importância na economia mundial e nas relações internacionais. Dentro desse quadro, o Atlântico Sul é percebido como uma área sem uma potência predominante, notável pela ausência de uma força hegemônica em suas águas. No início do século XXI, diversos atores, sejam costeiros ou não, marcam presença neste oceano. Diante disso, a análise ressalta que a convivência de potências tradicionais e emergentes oferece oportunidades inéditas para o Brasil emergir como um líder no cenário internacional,

evoluindo de um papel coadjuvante para um protagonista em seu Entorno Estratégico, conforme delineado na Política Nacional de Defesa.

Dessa forma, a ausência do fortalecimento do Poder Naval, por meio de uma modernização adequada dos recursos Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais compromete a manutenção dos direitos adquiridos, após anos de pesquisa e de discussões e controvérsia no campo do Direito Internacional Público e da Diplomacia Internacional, nessa importante área estratégica para a Nação: a Amazônia Azul e entorno. Perante isso, faz-se necessário que a relação Brasil-África não se restrinja a relação econômica e comercial, mas atinjam também níveis significativos de cooperação militar, o que já vem acontecendo conforme demonstrado no presente estudo.

Dada a importância estratégica do Atlântico Sul para os países limítrofes, é mister que essas Nações busquem alianças eficazes para neutralizar as influências de potências extrarregionais, a exemplo da ZOPACAS. A proteção dos recursos naturais e energéticos existentes em suas Águas Jurisdicionais é latente para os interesses e a soberania dos Estados da região. Dessa forma, mais do que nunca, fica evidente a importância de o Brasil capitanear essa liderança frente aos países africanos e a Marinha do Brasil, por meio do seu Poder Naval fortalecido, é a ferramenta certa para garantir essa união e fortalecer a Cooperação Sul-Sul.

Sendo assim, é findada a conclusão deste estudo com o posicionamento de Holmes (2019), que destaca a relevância da Estratégia Marítima no fortalecimento do Poder Naval e defende a importância de a Marinha capitalizar sobre a riqueza econômica dos mares, que promove o desenvolvimento do comércio internacional e o consequente crescimento econômico do País. Dessa forma, a Marinha do Brasil, beneficiando-se dessa prosperidade, obterá os recursos financeiros necessários para sua manutenção, fornecidos pelo Governo com apoio da sociedade. Diante disso, o presente estudo propõe que a estratégia marítima para o Atlântico Sul é criar e manter um ciclo virtuoso entre economia, diplomacia e Poder Naval, onde a preparação para o combate é uma tarefa secundária, porém essencial.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **A Lição das Esquadras**. A Imprensa, Rio de Janeiro, 16 nov. 1898. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=43456#ALI%C3%87%C3%83ODASESQUADRAS>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BITTENCOURT, Armando de Senna; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; MOITREL, Mônica Hartz Oliveira; SILVA, Carlos André Lopes da; GUIMARÃES, Ricardo dos Santos; VIANNA, Paulo Fernando Dias. **Introdução à história marítima brasileira**. — Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. E-book. Disponível em: <http://www.marinha.mil.br.com1dn/files/upload/Introdução%20à%20História%20Marítima%20Brasileira.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995**. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/d1530.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.530%2C%20DE%2022,10%20de%20dezembro%20de%201982](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1530.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.530%2C%20DE%2022,10%20de%20dezembro%20de%201982). Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989**. Aprova o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D98145.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98145.htm) Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política Nacional de Defesa (PND). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm). Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm). Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. Comando da Marinha. **EMA-305: Doutrina Militar Naval (DMN)**. Brasília, DF: Comando da Marinha, 2017. Disponível em: <http://www.ema.mb/publicacoes>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Comando da Marinha. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: Comando da Marinha, 2020. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub\\_pem\\_2040/book.html](https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html). Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Comando da Marinha. **Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) – Matéria sobre o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)**. Brasília, DF: Comando da Marinha, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/leplac#:~:text=O%20Plano%20de%20Levantamento%20da,mar%C3%ADtima%2C%20al%C3%A9m%20das%20200%20milhas%2C>. Acesso em: 31 mai. 2024.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos da Estratégia – Vol 3**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CNUDM. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)**. Montego Bay, Jamaica, 10 dezembro de 1982. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and99165-90.pdf](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and99165-90.pdf). Acesso em: 11 set. 2024.

CORBETT, Julian Stafford. **Alguns Princípios da Estratégia Marítima**. Londres, 1911. E-book do Projeto Gutenberg. 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/15076/pg15076-images.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FILHO, João Roberto Martins. **A Marinha Brasileira na Era dos Encouraçados, 1895-1910 – Tecnologia, Forças Armadas e Política**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2010. E-book.

FLORES, Mário Cesar. **Panorama do Poder Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1972.

GONÇALVES, Bruno; JUNIOR, Carlos Henrique Ferreira da Silva; GUIMARÃES, Franco Napoleão A. de Alencastro; JESUS, Isadora Jacques de; TERRA, Luciano Veneu; GUITARRARI, Luiza Gomes; JUNQUEIRA, Philippe Alexandre; GOMES, Rafael Esteves; RIBEIRO, Victor Cabral; MATTOS, Vivian de. **Boletim Geocorrente - ISSN 2446-7014 – Edição Especial: ZOPACAS**. Publicado em 15 de outubro de 2021. Escola de Guerra Naval, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Boletim%20Especial%20ZOPACAS%202021.pdf>. Acesso em: 05 mai.2024

GRAY, Colin S. **Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.

HOLMES, James Ronald. **A Brief Guide to Maritime Strategy**. Annapolis: Naval Institute Press, 2019. E-book.

JUNIOR, Ilques Barbosa. **Marinha do Brasil – Economia Azul – Matéria com o tema: No mar, a riqueza e o futuro das nações**. Brasília, DF: Comando da Marinha, 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/no-mar-riqueza-e-o-futuro-das-nacoes>. Acesso em: 11 ago. 2024.

LACOSTE, Y. **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995.

MAHAN, Alfred T. **A influência do Poder Marítimo na História: 1660-1783**. Boston: Little Brown, 1918. E-book do Projeto Gutenberg. 19 nov. 2007. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/13529/13529.txt>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, Mônica Dias. **Defesa dos povos do Atlântico Sul**. Fortaleza: UECE, 2017. E-book. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20200629090346/DEFESA-DOS-POVOS-DO-ATLANTICO-SUL.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARQUES, Lorena de Lima. **Ministério da Cultura – Matéria com o tema: Diáspora africana, você sabe o que é?** Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/diaspora-africana-voce-sabe-o-que-e>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MINGST, Karen A. **Princípios de relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. E-book.

NASSER, Reginaldo Matta; DE MORAES, Rodrigo Fracalossi de Moraes (Organizadores). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3075>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Scielo, 2011. E-book.

Porto Editora – **Rota do Cabo na Infopédia**. Porto, Portugal: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$rota-do-cabo](https://www.infopedia.pt/$rota-do-cabo). Acesso em: 11 ago. 2024.

SANTOS, Thauan; BEIRÃO, André Panno; FILHO, Moacyr Cunha de Araujo; Andréa Bento Carvalho. **Economia Azul: Vetor para o Desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2022. E-book. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/livro\\_economia\\_azul/book.html](https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/livro_economia_azul/book.html). Acesso em: 30 jun. 2024.

SARAIVA, Flávio Sombra. **África Parceira do Brasil Atlântico – Relações Internacionais do Brasil e da África no Início do Século XXI**. Belo Horizonte: Fino Trato Editora, 2012.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – Matéria sobre a Cooperação Sul-Sul**. Brasília. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/cooperacao-sul-sul>. Acesso em: 31 ago. 2024.

VIDIGAL, Armando A. F.; CUNHA, Marcílio B.; FERNANDES, Luiz P. C.; MENDES, Izidério A.; SILVA, Nélio; OLIVEIRA, Lucimar L.; JÚNIOR, Osmar B. C.; ALBUQUERQUE, Alexandre T. M.; RODRIGUEZ, Eliane G.; ALMEIDA, José A. N. **Amazônia Azul: O Mar Que nos Pertence**. Rio de Janeiro: Record. 2006.

VIDIGAL, Armando A. F. **A evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Relação Brasil-África: Prestígio, Cooperação ou Negócios?** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

World Bank Group. **World Bank Group – Dados do PIB (US\$) 2023**. Washington, D.C.:World Bank Group, 2024. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2023&most\\_recent\\_value\\_desc=true&start=1960&view=chart](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2023&most_recent_value_desc=true&start=1960&view=chart). Acesso em: 05 set. 2024.